

Mal-estar da democracia na América Latina: lutas e resistências hoje*

Elie! Machado**

Os comunistas acreditam ter descoberto o caminho para nos livrar de nossos males. Segundo eles, o homem é inteiramente bom e bem disposto para com o seu próximo, mas a instituição da propriedade privada corrompeu-lhe a natureza. A propriedade da riqueza privada confere poder ao indivíduo e, com ele, a tentação de maltratar o próximo, ao passo que o homem excluído da posse está fadado a se rebelar hostilmente contra seu opressor.

S. Freud, *O mal-estar na civilização*

Resumo:

Neste artigo tratamos, fundamentalmente, da difícil relação entre regime político, neoliberalismo e lutas sociais na América Latina nos anos de 1990. Esta difícil relação tem causado, aos setores populares, uma espécie de mal-estar político e ideológico, uma vez que as democracias instauradas desnudam seus limites conforme as ações dos movimentos anti-sistêmicos se intensificam.

Introdução

Neste artigo, não nos propomos a debater o mal-estar da democracia latino-americana de forma exaustiva devido, principalmente, à complexidade do tema.

Cada país guarda características próprias nem sempre comparáveis a outros da região, seja no plano mediato ou imediato. Pretendemos ressaltar aspectos políticos e ideológicos que consideramos típicos ou próprios dessas democracias, ou seja, da sua natureza de classe. Apesar do caráter ambíguo das democracias burguesas, principalmente em países de capitalismo dependente, o proletariado latino-americano ao mesmo tempo em que tem um espaço de luta política importante, depara-se com limites intrínsecos a elas. Estes limites causam uma espécie de desconforto político-ideológico às classes populares que, organizadas em movimentos sócio-políticos, lutam por transformação social, mas vêm suas reivindicações frustradas pelo Estado que, além de não atendê-las, prioriza as do grande capital (local, internacional e associado).

De forma bastante sumária, nossas motivações podem ser colocadas nos seguintes termos: intuitivamente, observávamos que, junto com o processo de democratização latino-americano, despontaram diversos movimentos

* Este artigo é uma versão resumida e modificada de um dos capítulos de nossa tese de doutorado, *Mal-estar da democracia no Brasil e na Argentina nos anos 90: lutas sociais na contramão do neoliberalismo*. Ver Machado (2004). O autor agradece ao Prof. Lúcio Flávio de Almeida pela atenta leitura e pelas sugestões valiosas.

** Departamento de Ciências Sociais (Universidade Estadual de Londrina), coordenador do GEPAL (Grupo de Estudos de Política da América Latina) e membro do NEILS (Núcleo de Estudos de Ideologias e Lutas Sociais).

sociais que lutavam pela garantia de direitos sociais e, mais do que isso, pela não perda de direitos conquistados. Se para muitos a democracia significava (e significa) o “direito a ter direitos”, a democratização latino-americana significou (e significa) exatamente o inverso: a perda de direitos sociais conquistados historicamente. Ou ainda: no bojo das lutas pelo fim dos regimes militares, os “líderes democratas” anunciavam aos quatro ventos, com o intuito claro de mobilizar as massas populares para a derrubada da ditadura militar, que o processo de democratização resultaria na melhoria das condições de vida da população, uma vez que associavam as degradantes condições de vida das classes populares aos regimes ditatoriais.

Em *O mal-estar na civilização*, Freud aborda, entre outras questões, o desconforto causado pelo processo civilizatório anterior à constituição do Estado moderno: o sofrimento humano provém do “poder superior da natureza, [da] fragilidade de nossos próprios corpos e [da] inadequação das regras que procuram ajustar os relacionamentos mútuos dos seres humanos na família, no Estado e na sociedade” (Freud, s/data). Sobre essa terceira fonte de mal-estar, diz ele:

Quando consideramos o quanto fomos malsucedidos exatamente nesse campo de preservação do sofrimento, surge em nós a suspeita de que também aqui é possível fazer, por trás desse fato, uma parcela da natureza incontestável – dessa vez, uma parcela de nossa própria constituição psíquica. Quando começamos a considerar essa possibilidade, deparamo-nos com um argumento tão espantoso, que temos de nos demorar nele. Esse argumento sustenta que o que chamamos de nossa civilização é em grande parte responsável por nossa desgraça e que seríamos muito mais felizes se a abandonássemos e retornássemos às condições primitivas (Freud, 1974: 43).

Embora as perspectivas e os propósitos teóricos sejam distintos, há um ponto que se aproxima de nossas preocupações:

Quando, com toda justiça, consideramos falho o presente estado de nossa civilização, por atender de forma tão inadequada às nossas exigências de um plano de vida que nos torne felizes, e por permitir a existência de tanto sofrimento, que provavelmente poderia ser evitado; quando, com crítica impiedosa, tentamos por à mostra as raízes de sua imperfeição, estamos indubitavelmente exercendo um direito justo, e não nos mostrando inimigos da civilização. Podemos esperar efetuar, gradativamente, em nossa civilização alterações tais, que satisfaçam melhor nossas necessidades e escapem às nossas críticas. Mas talvez possamos também nos familiarizar com a idéia de existirem dificuldades, ligadas à natureza da civilização, que não se submeterão a qualquer tentativa de reforma (Freud, 1974: 75-76).

A despeito da constatação freudiana em relação às possíveis causas do *mal-estar na civilização* ou mesmo das perspectivas de sua superação, procuramos abordar o diâmetro político dos sujeitos que se apresentam hoje, na América Latina, como potencialmente anti-sistêmicos, cujas ações políticas e ideológicas estão submersas entre a possibilidade de superar ou se conformar com o *status quo*.¹

¹ Freud, por exemplo, aponta duas perspectivas no processo civilizatório. Numa, propõe alterações gradativas que satisfaçam as nossas necessidades. Em outra, nos conformamos com as dificuldades ligadas à natureza da

Ainda que muitos movimentos sociais se apresentem no cenário político e ideológico latino-americano e reivindiquem a superação daquelas dificuldades inerentes à acumulação capitalista, não se deve perder de vista as bases materiais nas quais sustentam suas lutas e o desenvolvimento dessas bases depende do grau de desenvolvimento do próprio capitalismo. É claro que os sujeitos protagonistas das lutas não são agentes passivos do processo e, além disso, precipitam situações políticas e ideológicas que, muitas vezes, não têm ressonância em suas próprias bases sociais. Dito de outra forma: respeitando-se a “distância” e as particularidades históricas que separam as lutas sociais que se desencadeiam hoje no subcontinente latino-americano e as revoluções do século XIX na França, Marx, ao investigar as causas que tornaram impossível o triunfo daquelas revoluções, sugere que naquele país o capitalismo ainda não se havia totalmente desenvolvido, ou melhor,

a luta contra o capital em sua forma moderna, desenvolvida, a luta contra o capital em sua fase culminante – isto é, a luta do assalariado industrial contra o burguês industrial – constitui, na França, um fato parcial que depois das jornadas de fevereiro não podia fornecer o conteúdo nacional da revolução (...). Os operários franceses não podiam dar um passo à frente, não podiam sequer tocar num fio de cabelo da ordem burguesa, enquanto a marcha da revolução não sublevasse contra esta ordem, contra o domínio do capital, a massa da nação – camponeses e pequenos burgueses – que se interpunha entre o proletariado e a burguesia; enquanto não a obrigasse a unir-se aos proletários como a vanguarda sua (Marx, s/data: 119-120).

Para ele, portanto, o desenvolvimento político do proletariado está condicionado, em geral, ao desenvolvimento da burguesia industrial, “sob cujo domínio adquire ele existência nacional que lhe permite elevar sua revolução à categoria de revolução nacional, criando os meios modernos de produção, que hão de transformar-se em outros tantos meios para a sua emancipação revolucionária” (Marx, s/data: 119).²

Em tese, portanto, o desenvolvimento do capitalismo leva o proletariado a se desenvolver política e ideologicamente (adquirir consciência revolucionária, constituir-se em classe e formar partido político), até porque estará submetido à exploração do capital e nada mais terá a perder, a não ser os seus grilhões: “De todas as classes que hoje se defrontam com a burguesia, só o proletariado é uma classe verdadeiramente revolucionária” (Marx, 1988: 85). O proletariado é, potencialmente, a única classe desprendida dos valores que fundamentam a sociedade burguesa, a propriedade privada dos meios de produção: ele tem somente a sua força de trabalho e é obrigado a vendê-la, como se fosse uma mercadoria, em troca de salário.

Os camponeses, pequenos proprietários rurais, a despeito de viverem sob as mesmas condições miseráveis do proletariado, não têm este

civilização e, com isso, abandonamos a expectativa da reforma. Preocupa-nos, todavia, discutir no plano político-ideológico os movimentos que buscam superar o que se apresenta naturalizado pelo capitalismo: a exploração do homem pelo homem.

² Algo que não se verificou, por exemplo, na Comuna de Paris de 1871.

desprendimento, uma vez que se encontram ideologicamente presos à defesa de suas (pequenas) propriedades. Em suma: “Sobre diferentes formas de propriedade, sobre as condições sociais de existência, ergue-se toda uma superestrutura de sentimentos, ilusões, maneiras de pensar e concepções de vida distintas e peculiarmente constituídas. A classe inteira os cria e os forma sobre a base de suas condições materiais e das relações sociais correspondentes” (Marx, s/data: 224).³

Com esta rápida digressão teórica, pretendemos apenas tracejar algumas questões que envolvem as lutas e resistências das classes populares latino-americanas. Organizadas política e ideologicamente em movimentos sociais, têm uma composição social ampla e heterogênea, constituída principalmente por desempregados, subempregados e empregados das cidades e do campo; mas, também, assumem características diferentes dos tradicionais movimentos operários, pois alguns mesclam outros elementos que vão além da relação direta capital/trabalho. Suas condições sociais de existência incluem, por exemplo, dramas étnicos que adquirem forte visibilidade e tematização política. Nesse sentido, poderíamos citar, entre outros, o movimento zapatista mexicano: constitui-se, primordialmente, de índios – de várias etnias – subempregados ou desempregados. Isto nos obriga a pensar os limites e alcances das lutas populares que se desenvolvem hoje na América Latina em um prisma diferenciado dos movimentos operários tradicionais.

A difícil conciliação entre democracia e neoliberalismo na A. L.⁴

Com o objetivo de evidenciar os principais aspectos que ilustram o mal-estar da democracia latino-americana, propomos apresentar um breve traçado político da região nesses tempos bicudos de hegemonia neoliberal.

Desde logo, sabemos que o discurso neoliberal ganha força com a crise capitalista mundial de meados dos anos 1970, quando a recessão econômica tomou conta, inclusive, dos países de capitalismo avançado. Essa *débâcle* do keynesianismo – no caso dos países do Primeiro Mundo – fortaleceu o projeto neoliberal com a eleição de Margareth Thatcher, em 1979, na Inglaterra, e com a eleição de Ronald Reagan, em 1980, nos Estados Unidos: ambos se empenharam ferozmente em colocar em prática as políticas neoliberais e, por meio delas, desmantelar o que ainda restava do “estado de bem-estar social”.

³ Nesta mesma obra, *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*, Marx discute a questão da (des)constituição do campesinato francês em classe. Em linhas gerais, elenca os seguintes elementos: 1. condições econômicas semelhantes que se opõem a outras classes sociais; 2. modos de vida diferentes e interesses diferentes; 3. cultura diferente de outras classes sociais; 4. constituir-se como uma comunidade; 5. ligação nacional e não somente local; e 6. organização política. Sem estes elementos, os camponeses são incapazes de fazer valer seus interesses de classe em seu próprio nome; quer através do Parlamento ou de uma convenção. Com isso, não podem se representar, têm que ser representados (Marx, s/data: 277).

⁴ Devido às limitações de espaço, abordaremos, sumariamente, os seguintes países: Argentina, Brasil, México, Equador, Colômbia e Venezuela, com ênfase nos anos 1990.

Como a democracia em si mesma nunca foi um valor central do neoliberalismo (Anderson, 1995), não havia nenhum problema em que experiências com este último fossem realizadas no Chile sob a ditadura de Pinochet, tornando este país pioneiro do ciclo neoliberal “duro”, com desregulação, desemprego massivo, repressão sindical, redistribuição de renda em favor dos ricos, privatização dos bens públicos (Anderson, 1995: 19). Mas,

a virada continental em direção ao neoliberalismo não começou antes da presidência de Salinas, no México, em 88, seguida da chegada de Menem, na Argentina, em 89, da segunda presidência de Carlos Andrés Pérez, no mesmo ano, na Venezuela, e da eleição de Fujimori, no Peru, em 90. Nenhum desses governantes confessou ao povo, antes de ser eleito, o que efetivamente fez depois de eleito. Menem, Carlos Andrés e Fujimori, aliás, prometeram exatamente o oposto das políticas radicalmente antipopulistas que implementaram nos anos 90. E Salinas, notoriamente, não foi sequer eleito, mas roubou as eleições com fraudes (Anderson, 1995: 20-21).

Nos últimos anos, o subcontinente latino-americano viu-se convulsionado por nada menos que três grandes rebeliões populares, sem contar as greves, motins, bloqueios de estradas, ocupações de terra, massacres de desempregados etc. Isto é, a democracia instaurada juntamente com o projeto neoliberal vêm produzindo fortes tensões sociais. Em países dependentes como os nossos, o neoliberalismo desfavorece a estabilidade política. Senão vejamos.

Na Argentina, a implantação do projeto neoliberal pode ser observada, com mais clareza, a partir das duas eleições consecutivas de Carlos Saúl Menem, do partido peronista. Este é um fato da maior relevância, pois até mesmo o peronismo acabou se rendendo ao neoliberalismo: em 1991, o ministro das finanças, Domingo Cavallo, lançou o *Plano de Convertibilidade*, atendendo às recomendações do FMI, e impulsionou uma acelerada privatização do patrimônio público que “fortalece ainda mais o poder econômico local, dos bancos credores (como o Citibank ou o Morgan) e também a presença de importantes capitais europeus e norte-americanos” (Quintar & Argumedo, 2000: 46). Os principais objetivos do Plano eram: reduzir os gastos do Estado, retirar sua participação e sua tutela da economia, abrir o país à competição internacional.⁵

Os resultados da política econômica do governo Menem sobre o desemprego não demoraram a aparecer. Em maio de 1995, na região

⁵ Vale lembrar: o processo de concentração e centralização do capital no país chega a estarrecer. Segundo Ferrer, no faturamento total das primeiras 500 empresas industriais, as filiais estrangeiras aumentaram sua participação de 33,6% a 51% entre 1990 e 1995. Por sua vez, o setor bancário internacional foi um dos maiores beneficiados no governo Menem: 40% do sistema passou a ser controlado por bancos estrangeiros que representa o dobro da praticada no Chile e México e quatro vezes maior em relação ao Brasil (Ferrer, 2001: 93-94). Além dos banqueiros, o capital externo foi amplamente contemplado no setor petrolífero com a privatização da YPF (Yacimientos Petrolíferos Fiscales): a Repsol, empresa espanhola, controla 51% da produção de petróleo, 45,7% do gás e 2.350 estações de serviço que comercializam mais de 50% de combustíveis (Fuchs & Vélez, 2001: 191).

metropolitana da Grande Buenos Aires, era de 20,2%; em maio de 1996, 18%; e, em maio de 2002, 22%. Contudo, na região metropolitana da Grande Rosário (Província de Santa Fé), em maio de 1997, chegou a 26,8%.⁶ Diante de um quadro econômico sobremodo desfavorável a amplas camadas populares, o território argentino foi cenário de grandes manifestações ou rebeliões populares, conhecidas como *puebladas*.⁷ O ápice das manifestações populares que tomaram conta da capital, em dezembro de 2001, foi o refrão ecoado pela multidão na Plaza de Mayo, sede do governo federal: *¡Qué se vayan todos! ¡Que no quede ni uno solo!* E, De La Rúa se foi, levando consigo Cavallo.⁸

Pode-se dizer que o ingresso do Brasil na era neoliberal se iniciou, em 1990, com a eleição direta do presidente Collor de Mello. Entretanto, foi durante os dois mandatos do governo Cardoso (1995-1998; 1999-2002) que o projeto neoliberal ganhou força, principalmente com a implantação do Plano Real que, ao concentrar riqueza, aumentou a miséria, por meio da contenção dos gastos públicos, reforma tributária, regime cambial dolarizado, liberalização comercial e financeira, fim dos subsídios às importações, privatizações etc. (Filgueiras, 2001: 95-96).

Quando analisamos o governo Cardoso (1995-2002), notamos práticas políticas amplamente favoráveis à concentração do capital financeiro internacional, nacional e associado. As frações hegemônicas, ligadas ao capital bancário nacional e financeiro internacional, tiveram (e têm) seus interesses resguardados e respaldados pelo Estado. Segundo Bortoni & Moura, “a ajuda que o Banco Central deu a bancos em dificuldades a partir de 1995 pode ter custado 12,3% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro em 1999, o equivalente a 111,3 bilhões de reais” (2002: 19). Em outras palavras: entre 1995 e 1998, foram desnacionalizados 28 bancos, isso sem contar que, depois desse período, outros tantos foram privatizados, como o caso do Banespa. Como resultado desse processo,

o capital externo passou a participar com 18% do número de agências e dos depósitos, 25% do patrimônio líquido e dos ativos totais bancários. Entre os vinte maiores bancos privados, nove já são estrangeiros e, entre os dez maiores, ocupam o sexto e o nono lugares, podendo atingir o segundo quando comprarem o Banespa. Também com os negócios das *alienações* de bancos (públicos ou privados), os escândalos ocorreram. Por exemplo, com o governo obrigando a Caixa Econômica

⁶ Dados obtidos do Instituto Nacional de Estadísticas y Censos de la República Argentina (INDEC): www.indec.gov.ar. Nestes dados não estão computados os índices referentes à taxa de subemprego que, evidentemente, elevam ainda mais estes percentuais.

⁷ A mais conhecida de todas, ocorrida nos dias 19 e 20 de dezembro de 2001, sintetiza e exemplifica os resultados de uma década de neoliberalismo e de manifestações populares: trata-se das *puebladas* de Santiago del Estero, Cutral Co, Plaza Huinul, Tartagal, General Mosconi etc. Nelas foi forjado o principal instrumento de luta dos desempregados argentinos: o *piquete*, com bloqueios de rodovias, estradas, ruas e pontes.

⁸ Fernando De La Rúa (2000-2001) foi eleito com um discurso de oposição à política econômica de Carlos Menem (1989-1999), mas, no governo, manteve a mesma política menemista. Entretanto, o continuísmo de sua administração não durou muito tempo: o “argentinazo” de dezembro de 2001 – grande mobilização popular nas ruas de Buenos Aires –, obrigou-a a renunciar ao seu mandato.

Federal e o Banco do Brasil a “comprar” as carteiras hipotecárias e imobiliárias vendidas (e *podres*) dos bancos vendidos [grifos do autor] (Cano, 1999: 269).⁹

Há ainda uma outra fração do capital, voltada à exportação agrícola, que se tem beneficiado das políticas neoliberais: trata-se da fração *agropecuária*. Com a implantação do Plano Real, em fins de 1993, houve uma intensificação da mecanização da agricultura, maior uso de fertilizantes e pesticidas, “formas mais eficientes de plantio (como o plantio direto, por exemplo), sementes selecionadas para tornar as plantas mais produtivas e precoces, plantio de duas safras anuais para algumas culturas, inseminação artificial, expansão de pastagens plantadas etc.” (Cano, 1999: 271).

Enquanto o Estado organiza os diferentes interesses políticos das classes e frações dominantes do bloco no poder, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) tem-se destacado no cenário das lutas populares brasileiras pelas ocupações de latifúndios e através de suas marchas locais e nacionais. Conforme dados obtidos do próprio movimento, em 2000 havia 240 mil famílias assentadas e 80 mil acampadas. Mas, tudo isso tem um preço, muitas vezes alto na luta contra a ordem neoliberal: trabalhadores rurais presos, entre 1989 e 2001, 2.170, sendo 948 entre 1994 e 2001, no governo Cardoso; trabalhadores assassinados: de 1980 a 2003 foram 1.671; entre 1994 e 2002, no governo Cardoso, 323 (Fontes: CPT, MST).¹⁰

No México, o neoliberalismo ganha força com o governo de Miguel De La Madri (1982-1988). A primeira medida governamental nesse sentido foi o chamado processo de “desincorporação” de empresas públicas, com a extinção, fusão, liquidação e venda das empresas estatais aos empresários nacionais e estrangeiros. No final de seu governo, cerca de 30% delas foram vendidas.

Carlos Salinas de Gortari (1988-1994), sucessor de Miguel De La Madri, assinou o Tratado de Livre Comércio com a América do Norte, deixando claro o engajamento do país aos propósitos neoliberais. Pode-se dizer que, com isso, o México aderiu a uma “política de integración subordinada al imperialismo norteamericano” (Vega, 2000: 2). Os resultados desse processo são nitidamente desfavoráveis ao país: “Se continuó incrementando, aunque en menor proporción, la deuda externa pública y total, la inflación creció 15,9% promedio anual; el Producto Interno Bruto creció aproximadamente

⁹ Sabemos, todavia, que o favorecimento estatal às classes dominantes no interior do bloco no poder não ocorre da mesma forma entre todas as frações. Ponderamos que a fração ligada ao capital financeiro internacional foi (e continua sendo) a maior beneficiária com as políticas econômicas implementadas durante, pelo menos, as décadas de 1990 e 2000. Nesse sentido, ela se constituiu, politicamente, a fração hegemônica no seio do bloco no poder. Quanto ao capital bancário nacional, entendemos que se beneficiou destas políticas, mas seu apoio ao projeto neoliberal não é incondicional, isto é, pressupõe um controle interno à entrada de capital estrangeiro do “setor financeiro” (Saes, 2001: 131).

¹⁰ Dados disponíveis no sítio do MST: www.mst.org.br/biblioteca. Algumas informações ajudam a entender a força do movimento: segundo Mauro (1999: 94), oito milhões de hectares de terra estão, virtualmente, sob o controle dos sem-terra. Além das ocupações de fazendas, o MST tem se destacado na organização de marchas nacionais, como a ocorrida em 1999, entre 26 de julho e 7 de outubro, a Marcha Popular pelo Brasil, cujo lema “terra, trabalho e democracia” mobilizou mais de 100 mil pessoas.

el 3% en promedio en el sexenio y el salario mínimo real siguió perdiendo parte de su poder adquisitivo, en este caso casi el 24% durante el sexenio, es decir, que en 12 años había perdido cerca del 66%” (Vega, 2000: 2).

Para uma compreensão mínima da luta dos zapatistas, que mescla questões étnico-culturais, políticas, sociais e econômicas, devemos ter presente o processo de abertura econômica do país nos anos 80 e 90, que não resguardou nem seus recursos estratégicos nem o próprio território nacional: “La modernidad que llegaba a nuestras tierras con el neoliberalismo y el Tratado de Libre Comercio tornaba igualmente obsoletos los conceptos de soberanía, identidad nacional y nación” (Ceceña, 1996: 5)¹¹.

Os aspectos mais perversos do neoliberalismo no Equador podem ser observados nos dados fornecidos pelo próprio Banco Mundial entre 1995 e 1999: “El número de indigentes aumento en 12% en ese período, situándose en el 49%; la población del quintil más pobre en el total del consumo decreció de 5,3% en 1995 a 4,3% en 1999; la desocupación casi se duplico llegando al 17%. (...) Cifras de organismos oficiales hablan de que el 70% de la población ecuatoriana está debajo de la línea de pobreza” (Banco Mundial *apud* Guardenas, 2000: 13).

Em 1986 os índios equatorianos fundaram a Confederación de Nacionalidades Indígenas del Ecuador (CONAIE) e, quatro anos depois, em 1990, ocorre o primeiro levante popular (Dávalos, 2003: 44). Nesse, milhares de índios paralisaram as estradas e acessos às principais cidades do país, exigindo do governo a solução para os conflitos de terras. Desde então, “el movimiento indígena ha transitado por una dinámica de universalización de sus demandas, de aprendizaje de repertorios, de creación de nuevos marcos para su acción, de fortalecimiento de sus estructuras de movilización y de impulso a una alianza social” (Guarderas, 2000: 14). Em 1997, um novo levante indígena destituiu o presidente Abdalá Bucaram e, três anos depois, é a vez da deposição de Jamil Mahuad. E, finalmente, nas eleições de novembro de 2002, vence o coronel Lucio Gutiérrez, apoiado pela CONAIE e outros movimentos sociais. Fazendo parte do governo, os índios apresentam ao país uma de suas bandeiras históricas mais importantes, a “plurinacionalidad del Estado” (Dávalos, 2003). Entretanto, sabemos que o novo governo herda uma economia dolarizada e um país submerso na crise.

O drama político, social e econômico na Colômbia é enorme e o regime democrático do país está cada vez mais estreito. A figura constitucional do “Estado de Conmoción” (estado de sítio) vem fazendo parte do cotidiano do povo colombiano, ameaçando, por consequência, o já débil sistema

¹¹ A título de ilustração, alguns dados socioeconômicos sobre o México: de acordo com a CEPAL, em 2002, os domicílios abaixo da linha da pobreza estavam em 32% e da linha de indigência representavam 9,1%. Dados disponíveis no sítio: <http://www.eclac.cl>.

democrático. O atual governo, Álvaro Uribe Vélez,¹² durante a campanha eleitoral de 2002, prometia aos eleitores uma “segurança pública democrática” que, ao ser eleito, transformou num decreto criando um imposto de 1,2% sobre o patrimônio líquido dos contribuintes obrigados a declarar renda, com o objetivo de arrecadar cerca de dois bilhões de pesos para financiamento das Forças Armadas. Além desse, num outro decreto, confere funções judiciais à Força Pública, autorizando-as a buscas e capturas sem ordem judicial, instituindo a possibilidade de detenção por suspeita de que se tem a intenção de cometer um delito e agiliza os trâmites que permitem o “grampo” telefônico (Zuluaga Nieto, 2003).¹³

O cenário de crise social, política e econômica venezuelano abriu-se antes do golpe de 11 de abril de 2002. Mais precisamente, faz 20 anos que o país está submerso na recessão econômica e convive com o aumento da desigualdade social e a péssima distribuição de renda. As tensões sociais e políticas na Venezuela apontam para um quadro não muito otimista: mesmo depois da vitória eleitoral no plebiscito de agosto de 2004 que confirmou Hugo Chávez na presidência do país, os Estados Unidos não param de acusá-lo de ditador e aliado de Cuba. Quer dizer, seguem apostando na desestabilidade política do país. Por outro lado, fortalecido nas urnas, o governo Chávez promete seguir adiante com a *revolução bolivariana*.¹⁴

O presidente Chávez procura recuperar o papel do Estado, através do seu Ministério da Energia, como o lugar de formulação e elaboração da política petrolífera. Este, sem dúvida, é um dos pontos, senão o principal, que contraria o receituário neoliberal local e internacional. Os conflitos entre o governo e a PDVSA ultrapassaram os limites governamentais, na medida em que seus diretores se colocaram à margem da lei, desacataram decisões judiciais que caracterizaram as “greves” em 2002 como *lockout*. A questão toda, portanto, é que se está jogando com a possibilidade de que uma corporação desse porte possa ter poder de veto sobre o governo de um Estado constitucional. Além disso, não se deve menosprezar que as forças de oposição estão apoiadas em interesses internacionais diretamente ligados ao petróleo (Maya, 2003: 59).

¹² Álvaro Uribe foi reeleito em junho último num pleito repleto de dúvidas e acusações de fraudes, além de contar com mais de 50% de abstenções, conforme noticiado pelos jornais de circulação nacional.

¹³ Este mesmo autor chama a atenção para a institucionalização de um verdadeiro *estado hobbesiano* colombiano, no qual o governo aplica uma política de segurança que prioriza o aspecto militar-policial, militariza a sociedade e subordina as liberdades às necessidades de fortalecimento das instituições estatais (Zuluaga Nieto, 2003: 54).

¹⁴ No plebiscito houve um comparecimento massivo de mais de 70% de eleitores, dos quais quase 60% apoiaram a permanência de Chávez na presidência do país. De forma sumária, alguns pontos-chave da Revolução Bolivariana: “Essa experiência tão original e ousada, não se define como socialista. Sua meta é construir uma alternativa ao neoliberalismo com base num projeto nacionalista, democrático e popular. A dúvida que atormenta as consciências é se essa transição será possível na atual fase agressiva e regressiva do capitalismo globalizado” (Borges, s/data).

Mal-estar da democracia e criminalização da utopia: breves considerações

O quadro político, ideológico e social latino-americano nos leva a procurar entender que o atual processo de luta das classes populares não tem alcançado vitórias políticas significativas, uma vez que não tem conseguido questionar, de maneira mais decisiva, a hegemonia política do bloco no poder, ou seja, do capital financeiro (internacional, nacional e associado). No Brasil, pelo menos, este continua a atuar livremente e os embates das classes populares têm sido insuficientes para colocar em xeque a hegemonia do capital financeiro e, menos ainda, não têm provocado nenhuma aliança de classe consistente com setores próximos do ponto de vista político e ideológico.

À exceção da Venezuela – e talvez mais recentemente da Bolívia, com a eleição de Evo Morales –, os governos eleitos e/ou reeleitos, via sufrágio universal, têm sido respaldados popularmente na aplicação de políticas de Estado liberalizantes em detrimento daquelas cujos interesses contrariam os do capital. Por sua vez, os setores que vinham desempenhando um papel mais combativo dessas políticas, como é o caso dos sem-terra no Brasil, parece que refluíram com a eleição do governo Lula (2002-2006), diminuíram suas ações políticas e “enrolaram” suas bandeiras vermelhas. O mesmo pode ser observado com os movimentos piqueteiros, na Argentina: desde a eleição de Kirchner, em 2003, “perderam” a combatividade dos tempos de Menem. Se naquela época não se traduziam em movimentos de amplitude nacional, com o refluxo relativamente recente, as chances diminuíram ainda mais.

Ponderamos, entretanto, que este refluxo não deve ser debitado numa possível amenização das políticas liberalizantes, mas, ao contrário, tem-se notado uma intensificação delas: a barbárie neoliberal avança sobre todos os poros sociais ao mercantilizar os mais variados aspectos da vida social latino-americana.

O neoliberalismo não tem se mostrado muito simpático à promoção e/ou ampliação das bases sociais da democracia. Ao contrário, seus interesses têm sido atendidos, pelos governos eleitos, através de práticas políticas discricionárias. Dito de outro modo: apesar da persistência dos pleitos eleitorais, os governos eleitos, em geral, têm tratado as reivindicações populares como “casos de polícia”. No final dos anos 1970, um autor marxista já apontava para a tendência das democracias burguesas caminharem em direção a um autoritarismo de novo tipo, o “estatismo autoritário”, no qual se mantém em vigência as regras eleitorais (sufrágio, eleições regulares), mas, por outro lado, sufoca-se os mecanismos democráticos decisórios, como o Parlamento (Poulantzas, 1990). Isso resulta num verdadeiro processo de *criminalização da utopia*.

Articuladas ao “estatismo autoritário”, as democracias latino-americanas atendem satisfatoriamente aos interesses do capital monopolista e oligopolista. Portanto, as possibilidades de as classes populares desnudarem o verdadeiro significado da democracia na América Latina estão colocadas: aproveitando-nos novamente das contribuições de Marx n’O 18 Brumário, o mesmo sufrágio que significou um avanço na luta do proletariado francês, se voltou contra ele com a eleição de Luís Bonaparte. Ou seja: se os movimentos anti-sistêmicos querem pautar suas ações políticas com vistas à transformação social, devem estar atentos àqueles limites e lutar para a ampliação, organização e politização de suas bases sociais, algo que o Estado burguês sempre procurará frustrar.

Bibliografia

- ANDERSON, P. (1995). Balanço do neoliberalismo. In: SADER, E.; GENTILLI, P. (orgs.). *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- BORGES, A. (2006). *A Revolução Bolivariana*. Acesso em 18jul.
Disponível em: http://www.unidadepopular.org/altamiro_borges7.htm.
- BORTONI, L. ; MOURA, R. de (2002). *O mapa da corrupção no governo FHC*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.
- CANO, W. (1999). *Soberania e política econômica na América Latina*. São Paulo: Ed. Unesp.
- DÁVALOS, P. (2003). Plurinacionalidad y poder político en el movimiento indígena ecuatoriano. *Revista del Observatorio Social de América Latina*, nº 9.
- FERRER, A. (2001). *El capitalismo argentino*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica.
- FILGUEIRAS, L. (2001). *História do Plano Real*. São Paulo: Boitempo.
- FREUD, S. (1974). *O mal-estar na civilização*. Rio de Janeiro: Ed. Imago
- FUCHS, J.; VÉLEZ, J. C. (2001). *Argentina de rodillas. Terrorismo económico*: de Martínez de Hoz a Cavallo. Buenos Aires: Tribuna Latinoamericana.
- GUARDERAS, A. B. (2000). Ecuador, o cuando la crisis se hace cotidiana. *Revista del Observatorio Social de América Latina*, año I, nº 1.
- INSTITUTO Nacional de Estadística y Censos de la Republica Argentina (2003). *Trabajo e ingresos*. Disponível em: <http://www.indec.gov.ar>. Acesso em: 05 de nov.
- LESBAUPIN, I.; MINEIRO, A. (2002). *O desmonte da nação em dados*. Petrópolis: Vozes.
- MACHADO, E. R. (2004). *Mal-estar da democracia no Brasil e na Argentina nos anos 90: lutas sociais na contramão do neoliberalismo*. São Paulo: PUC-SP. Doutorado em Ciências Sociais.
- MARX, K. (s/d). O 18 Brumário de Luís Bonaparte. In: MARX, K.; ENGELS, F. *Obras escolhidas*. Vol. 1. São Paulo: Alfa-Omega.
- _____; ENGELS, F. (1988). *Manifesto do partido comunista*. S. Paulo: Global.
- MAURO, G. (1999). MST: lutas e perspectivas. In: BARSOTTI, P.; PERICÁS, L. B. (orgs.). *América Latina: história, crise e movimento*. São Paulo: Xamã.
- MAYA, M. L. (2003). Venezuela en la encrucijada. *Revista del Observatorio Social de América Latina*, año III, nº 9.
- PETRAS, J. (1987). *Estado y régimen en Latinoamérica*. Madrid: Editorial Revolución.

- POULANTZAS, N. (1990). *O Estado, o poder, o socialismo*. Rio de Janeiro: Graal.
- QUINTAR, A.; ARGUMENTO, A. (2000). Argentina: os dilemas da democracia restringida. *Lua Nova, Revista de Cultura e Política*, nº 49.
- SAES, D. (2001). *República do capital: capitalismo e processo político no Brasil*. São Paulo: Boitempo.
- VEGA, J. C. (2000). La crisis del neoliberalismo en México, balance económico y social. *Revista Teoría y Práctica*, nº 1.
- ZULUAGA Nieto, J. (2003). Colombia: entre la democracia y el autoritarismo. *Revista del Observatorio Social de América Latina*, año III, nº 9.